

MOÇÃO

Enfrentamento ao Sofrimento/Adoecimento Psíquico Relacionado ao Trabalho e a Urgência da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora

O QUE MOTIVA A MOÇÃO (300 CARACTERES)

A moção é motivada pelo cenário alarmante de adoecimento psicológico no trabalho, impulsionado por riscos psicossociais como a escala 6x1, jornadas exaustivas e assédio. A urgência se dá pela necessidade de oprimir tais violações de direitos humanos e assegurar a saúde mental e a dignidade dos trabalhadores, o que exige a presença de psicólogas nas CERESTs para promover políticas de prevenção e proteção.

NO MÁXIMO 30 LINHAS, TAMANHO 11

Nós, delegados da 5ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, afirmamos que o adoecimento psíquico é um fenômeno social e coletivo, produzido pelas relações e organização do trabalho, exigindo respostas coletivas e políticas públicas estruturantes. A organização do trabalho contemporânea, com gestão que intensifica, controla e precariza, afeta diretamente o psiquismo, gerando sofrimento ético-político e desgaste mental. Metas abusivas, assédio institucionalizado, jornadas extenuantes e a negação do reconhecimento são estratégias de gestão que criam ambientes de violência psicológica, vulnerabilizando especialmente mulheres, pessoas negras, LGBTQIAP+ e terceirizadas. Conforme o Conselho Federal de Psicologia (Nota Técnica nº 14/2025), tais práticas de Violências e Assédio Moral/Sexual configuram violações de direitos humanos. O enfrentamento vai além do cuidado clínico individual, atuando na transformação dos processos de trabalho que causam adoecimento. Torna-se inadiável a efetiva implementação da PNSTT, com caráter intersetorial, interdisciplinar, multiprofissional e descentralizado. Defendemos que a Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (RENASTT) opere de forma integrada à Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e à Atenção Primária, com o objetivo claro de intervir nos ambientes e processos laborais.

Propomos, especificamente:

- Criação de Protocolos de Vigilância em Saúde Mental Relacionada ao Trabalho, focados na análise coletiva.
- Obrigatoriedade de psicólogos nos CERESTs Regionais e Estaduais, com atribuição de realizar análises coletivas do trabalho, assessorar sindicatos e apoiar equipes da Atenção Primária à Saúde (APS).
- Promoção de espaços coletivos de discussão e apoio nas unidades de saúde, facilitados por profissionais do SUS, para elaboração coletiva do sofrimento e construção de resistências.
- Fortalecimento da participação popular e do controle social, com sindicatos e movimentos sociais como agentes centrais.
- Protocolos clínicos e linhas de cuidado específicas para Saúde Mental Relacionada ao Trabalho.
- Notificação compulsória e investigação de casos de assédio moral e sexual e outros

agravos psicossociais.

- Campanhas públicas permanentes de combate ao estigma e informação sobre direitos.
- Mecanismos de monitoramento e análise sistemática das condições de organização do trabalho, produzindo dados.

Esta Conferência se posiciona pela defesa intransigente da saúde mental da vida que trabalha.